



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10980.018260/2007-83
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 1801-01.161 – 1ª Turma Especial
Sessão de 13 de setembro de 2012
Matéria MULTA DE OFÍCIO ISOLADA POR FALTA NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIO FEDERAIS (DCTF)
Recorrente COPO FEHRER INDÚSTRIA DE POLIURETANO DO BRASIL LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Exercício: 2007

MULTA ISOLADA. ATRASO NA ENTREGA DA DCTF.

O atraso na entrega da DCTF pela pessoa jurídica obrigada enseja a aplicação da penalidade prevista na legislação tributária.

DENÚNCIA ESPONTÂNEA

Não se aplica o instituto da denúncia espontânea quando se tratar de multa isolada imposta em face do descumprimento de obrigação acessória.

DOCTRINA JURISPRUDÊNCIA.

Somente devem ser observados os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais para os quais a lei atribua eficácia normativa.

INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI.

O CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto da Relatora.

(documento assinado digitalmente)

Ana de Barros Fernandes - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Carmen Ferreira Saraiva - Relatora

Composição do Colegiado: Participaram do presente julgamento os Conselheiros Carmen Ferreira Saraiva, Ana Clarissa Masuko dos Santos Araújo, Maria de Lourdes Ramirez, Luiz Guilherme de Medeiros Ferreira e Ana de Barros Fernandes.

Relatório

Contra a Recorrente acima identificada foi lavrado o Auto de Infração à fl. 27, com a exigência do crédito tributário no valor de R\$22.363,54 a título de multa de ofício isolada por atraso na entrega em 31.08.2007 da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) do mês de outubro de ano-calendário de 2006, cujo prazo final era 07.12.2006.

Para tanto, foi indicado o seguinte enquadramento legal: § 3º do art. 113 e art. 160 do Código Tributário Nacional, art. 11 do Decreto-lei nº 1.968, de 23 de novembro de 1982, art. 10 do Decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983, art. 30 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, art. 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002 e art. 1º da Instrução Normativa SRF nº 18, de 24 de fevereiro de 2000.

Cientificada em 29.11.2007, fl. 31, a Recorrente apresentou a impugnação em 27.12.2007, fls. 01-10, com as alegações a seguir sintetizadas.

Argui que a exigência não merece prosperar “diante de sua espontaneidade, qual seja, entregou essa obrigação acessória sem o início de nenhum procedimento administrativo, [conforme] Conselho de Contribuintes e Judiciário [que] têm cancelado a cobrança dessas multas, considerando-as abusivas”.

Tece esclarecimentos sobre o instituto da denúncia espontânea e ainda a respeito da distinção entre a multa fiscal administrativa e a multa fiscal moratória e ainda sobre seu caráter de confisco.

Com o objetivo de fundamentar as razões apresentadas na peça de defesa, interpreta a legislação pertinente, indica princípios constitucionais que supostamente foram violados e faz referências a entendimentos doutrinários e jurisprudenciais em seu favor.

Conclui

O Auto de Infração merece ser cancelado logo em 1ª Instância Administrativa, uma vez que, a multa somente deve incidir sobre os pagamentos efetuados em atraso, sem que o contribuinte procure o fisco para pagar ou que tenha efetuado o recolhimento espontaneamente, ou seja, sem a emissão de Auto de Infração/Notificação.

O que aconteceu com a IMPUGNANTE, espontaneamente recolheu o débito, ou seja, todos impostos e contribuições foram pagos em dias. No entanto, o Fisco NOTIFICOU a IMPETRANTE por ter atrasado a entrega da DCTF exigindo multa de mora. Entretanto, descabe tal multa, conforme dispõe o artigo 138 do CTN, ou seja, a denúncia espontânea afasta a responsabilidade do infrator.

[...]

ANTE TODO O EXPOSTO, requer a IMPUGNANTE, respeitosamente, se digne Vossa Senhoria em receber a presente IMPUGNAÇÃO, mandando autuá-la e processá-la na forma estatuída em lei, para em seguida suspender e cancelar a exigência imposta pelo AUTO DE INFRAÇÃO com número de rastreamento 72862863-9, pois a multa somente deve incidir sobre os pagamentos efetuados em atraso, sem que o contribuinte procure o fisco para pagar, o que não é o caso em tela, pois, a IMPETRANTE apenas e tão somente não entregou a DCTF (obrigação acessória) no prazo, motivo esse que não dá embasamento para ensejar a aplicação de multa.

Requer portanto, o CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO com determinação de seu arquivamento, tendo em vista o benefício previsto no art. 138 do Código Tributário Nacional.

Termos em que

Pede Deferimento.

Está registrado como resultado do Acórdão da 3ª TURMA/DRJ/CTA/PR nº 06-22.581, de 08.06.2009, fls. 33-34: “Lançamento Procedente”.

Restou ementado:

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Período de apuração: 01/10/2006 a 31/10/2006

Ementa: DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS — DCTF. MULTA POR ATRASO NA ENTREGA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. INAPLICABILIDADE.

Sendo inaplicável o instituto da denúncia espontânea previsto no CTN quanto As obrigações acessórias, mantém-se a multa por atraso na entrega da DCTF.

DCTF ENTREGUE EM ATRASO. MULTA. PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO. DESCABIMENTO.

A vedação constitucional quanto à instituição de exação de caráter confiscatório refere-se a tributo, e não a multa, e se dirige ao legislador, e não ao aplicador da lei.

AUTORIDADE ADMINISTRATIVA DE JULGAMENTO.
COMPETÊNCIA.

Compete A autoridade administrativa de julgamento a análise da conformidade da atividade de lançamento com as normas vigentes, As quais não se pode, em âmbito administrativo, negar validade sob o argumento de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

Notificada em 29.06.2009, fl. 37, a Recorrente apresentou o recurso voluntário em 24.07.2009, fls. 38-49, esclarecendo a peça atende aos pressupostos de admissibilidade. Discorre sobre o procedimento fiscal contra o qual se insurge. Reitera os argumentos apresentados na impugnação.

Conclui

O Decisão [...] deve ser totalmente reformada, a fim de que seja cancelado o auto de infração, uma vez que, a multa somente deve incidir sobre os pagamentos efetuados em atraso, sem que o contribuinte procure o fisco para pagar ou que tenha efetuado o recolhimento espontaneamente, ou seja, sem a emissão de Auto de Infração/Notificação.

O que aconteceu com a RECORRENTE, espontaneamente recolheu o débito, ou seja, todos impostos e contribuições foram pagos em dia. No entanto, o Fisco NOTIFICOU a RECORRENTE por ter atrasado a entrega da DCTF exigindo multa de mora. Entretanto, descabe tal multa, conforme decisões transcritas e o que dispõe o artigo 138 do CTN, ou seja, a denúncia espontânea afasta a responsabilidade do infrator.

[...]

Diante do exposto e dos documentos constantes nos autos, requer a RECORRENTE, respeitosamente, se digne Vossa Senhoria em receber o presente RECURSO VOLUNTÁRIO, mandando autuá-lo e processá-lo na forma estatuída em lei, para em seguida suspender e cancelar a exigência imposta pelo AUTO DE INFRAÇÃO, pois a multa somente deve incidir sobre os pagamentos efetuados em atraso, sem que o contribuinte procure o fisco para pagar, o que não é o caso em tela, pois, a RECORRENTE apenas e tão somente não entregou a DCTF (obrigação acessória) no prazo, mas efetuou todos os recolhimentos dos tributos dentro do prazo legal, motivo esse que não do embasamento para ensejar a aplicação de multa.

Requer portanto, a REFORMA TOTAL DA DECISÃO RECORRIDA COM O CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO — I, com determinação de seu arquivamento, tendo em vista o benefício previsto no art. 138 do Código Tributário Nacional, além das demais razões e documentos apresentados.

Termos em que

Pede Deferimento.

É o Relatório.

Voto

Conselheira Carmen Ferreira Saraiva, Relatora

O recurso voluntário apresentado pela Recorrente atende aos requisitos de admissibilidade previstos nas normas de regência.

A Recorrente discorda do procedimento de ofício.

A obrigação tributária acessória decorre da legislação e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos. Pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária.

O Ministro de Estado da Fazenda pode instituir obrigações acessórias, cuja atribuição delegou ao RFB, relativamente a tributos federais por ele administrados, que pode estabelecer, inclusive, forma, prazo e condições para o seu cumprimento e o respectivo responsável. O documento que formalizá-la, comunicando a existência de crédito tributário, constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do referido crédito.

O sujeito passivo que deixar de apresentar, dentre outras, a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), a Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica, a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), nos prazos fixados pelas normas sujeita-se às seguintes multas:

(a) de dois por cento ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante do imposto de renda da pessoa jurídica informado na DIPJ, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega desta declaração ou entrega após o prazo, limitada a vinte por cento;

(b) de dois por cento ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante dos tributos e contribuições informados na DCTF, na Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica ou na Dirf, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega destas declarações ou entrega após o prazo, limitada a vinte por cento;

(c) de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas.

Para efeito de aplicação dessas multas, reputa-se como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo originalmente fixado para a entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não-apresentação, da lavratura do auto de infração.

A multa mínima a ser aplicada deve ser:

(a) R\$200,00 (duzentos reais), tratando-se de pessoa jurídica inativa e pessoa jurídica optante pelo Simples;

(b) R\$500,00 (quinhentos reais), nos demais casos¹.

Em relação à DCTF, cabe esclarecer que todas as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas, devem apresentá-la centralizada pela matriz, via internet:

(a) para os anos-calendário de 1999 e 2004, trimestralmente, até o último dia útil da primeira quinzena do segundo mês subsequente ao trimestre de ocorrência dos fatos geradores.

(b) para os anos-calendário de 2005 a 2009:

¹ Fundamentação legal: art. 113 e 138 do Código Tributário Nacional, art. 5º do Decreto-lei nº 2.124, de 13 de junho de 1984, Portaria MF nº 118, de 28 de junho de 1984, art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e art. 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002, alterada pela Lei nº 11.051, 29 de dezembro de 2004 e Súmulas CARF nºs 33 e 49.

(b.1) semestralmente, sendo apresentada até o quinto dia útil do mês de outubro de cada ano-calendário, no caso daquela relativa ao primeiro semestre e até o quinto dia útil do mês de abril de cada ano-calendário, no caso daquela atinente ao segundo semestre do ano-calendário anterior;

(b.2) mensalmente, de acordo com o valor da receita bruta auferida pela pessoa jurídica, sendo apresentada até o quinto dia útil do segundo mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores;

(c) a partir do ano-calendário de 2010, mensalmente, com apresentação até o décimo quinto dia útil do segundo mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores².

No presente caso, restou comprovado que houve atraso na entrega em 31.08.2007 da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) do mês de outubro de ano-calendário de 2006, cujo prazo final era 07.12.2006. A proposição mencionada pela defendente, por conseguinte, não tem validade.

A Recorrente suscita que está amparada pela denúncia espontânea.

A denúncia espontânea da infração acompanhada do pagamento do tributo devido e dos juros de mora exclui a responsabilidade do sujeito passivo pela penalidade pecuniária em função da inobservância da conduta prescrita na norma jurídica primária. A exteriorização de vontade não tem forma prevista em lei e alcança tão-somente tributo sujeito ao lançamento por homologação que não esteja declarado à época e o recolhimento seja efetuado antes de qualquer procedimento fiscal³.

Este instituto, todavia, não alcança a penalidade decorrente do atraso na entrega de declaração, ou seja, não se aplica à multa isolada imposta em face do descumprimento de obrigação acessória⁴. A afirmação suscitada pela defendente, destarte, não é pertinente.

No que concerne à interpretação da legislação e aos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais indicados pela Recorrente, cabe esclarecer que somente devem ser observados os atos para os quais a lei atribua eficácia normativa, o que não se aplica ao presente caso⁵. A alegação relatada pela defendente, consequentemente, não está justificada.

Atinente aos princípios constitucionais que a Recorrente aduz que supostamente foram violados, cabe ressaltar que o CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária, uma vez que no âmbito do processo administrativo fiscal, fica vedado aos órgãos de julgamento afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de

² Fundamentação legal: Instrução Normativa SRF nº 126, de 30 de outubro de 1998, Instrução Normativa SRF nº 255, de 11 de dezembro de 2002, Instrução Normativa SRF nº 583, de 20 de dezembro de 2005, Instrução Normativa SRF nº 695, de 14 de dezembro de 2006, Instrução Normativa RFB nº 786, de 19 de novembro de 2007, Instrução Normativa RFB nº 903, de 30 de dezembro de 2008, Instrução Normativa RFB nº 974, de 27 de novembro de 2009 e Instrução Normativa RFB nº 1.110, de 24 de dezembro de 2010.

³ Fundamentação legal: art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 138 do Código Tributário Nacional.

⁴ Fundamentação legal: Súmulas CARF nºs 33 e 49.

⁵ Fundamentação legal: art. 100 do Código Tributário Nacional e art. 26-A do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Processo nº 10980.018260/2007-83
Acórdão n.º **1801-01.161**

S1-TE01
Fl. 57

inconstitucionalidade⁶. A proposição afirmada pela defendente, desse modo, não tem cabimento.

Em face do exposto, voto por negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Carmen Ferreira Saraiva